

Superior Tribunal de Justiça

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 167.974 - SP (2019/0258199-1)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
SUSCITANTE : **JUÍZO FEDERAL DA 5A VARA CÍVEL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
SUSCITADO : **JUÍZO DA 74A VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP**
INTERES. : **FATIMA DOS ANJOS FRAZZA**
ADVOGADOS : **GISLANDIA FERREIRA DA SILVA - SP117883**
 : **DAIANA ARAÚJO FERREIRA - SP287824**
INTERES. : **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**

EMENTA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA AJUIZADA POR PENSIONISTA CONTRA A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL OBJETIVANDO O REPASSE DO AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO CUJO PAGAMENTO FOI SUPRIMIDO POR CIRCULAR NORMATIVA EXPEDIDA PELA EMPRESA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO.

DECISÃO

Trata-se de conflito negativo de competência, tendo como suscitante o Juízo Federal da 5ª Vara Cível da Seção Judiciária do Estado de São Paulo e, como suscitado, o Juízo da 74ª Vara do Trabalho de São Paulo-SP, nos autos da Reclamação Trabalhista proposta por Fátima dos Anjos Frazza contra a Caixa Econômica Federal.

Na referida reclamação, pleiteou-se o repasse da verba denominada auxílio-alimentação, desde o seu desligamento da empresa, com o pagamento de parcelas vencidas e vincendas.

A ação foi ajuizada, originalmente, perante o Juízo laboral, que declinou da competência para a Justiça Comum Federal, nos termos do art. 64, § 3º, do Código de Processo Civil/2015.

Remetidos os autos ao Juízo Federal, este suscitou o presente conflito, ao entendimento de que (e-STJ, fls. 1.764-1.765):

[...] Creio que tem razão a parte autora, quando sustenta a competência da Justiça Especializada do Trabalho para conhecimento e julgamento da presente demanda.

Isso porque, ao contrário do entendimento exarado pela MMA. Juíza da 74ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP, não se trata de pedido de complementação de aposentadoria.

A pretensão diz respeito ao restabelecimento do pagamento de auxílio- alimentação, instituído pela empregadora, CAIXA

Superior Tribunal de Justiça

ECONÔMICA FEDERAL, e que foi suprimido por ocasião da aposentadoria da autora.

Assim, a questão tratada nestes autos não se refere ao recálculo de aposentadoria e/ou às diferenças de valores devidos por entidade de previdência privada da categoria (FUNCEP), situações essas que se enquadrariam no que restou decidido nos Recursos Extraordinários n/s 586453 e 583030, os quais tiveram repercussão geral reconhecida.

De modo que, tratando-se de ação decorrente de relação de trabalho, embora presente a competência da Justiça Federal, em razão de a Caixa Econômica Federal figurar no polo passivo da lide, impõe-se reconhecer que está presente uma das exceções previstas no próprio artigo 109 da Constituição Federal, ou seja, aquela que reconhece a competência da Justiça Especializada do Trabalho, nos seguintes termos:

“Artigo 109. Aos juízes federais compete processar e julgar:

I- as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidente de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho (...).” Tanto que o artigo 114 da Constituição Federal de 1988, assim determina:

“Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar:

I - as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

II - as ações que envolvam exercício do direito de greve;

III - as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores;

IV - os mandados de segurança, habeas corpus e habeas data, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição;

V - os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista, ressalvado o disposto no art. 102, I, o;

VI - as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho;

VII - as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho;

VIII - a execução, de ofício, das contribuições sociais previstas no art. 195, I, a, e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir;

IX - outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, na forma da lei.

Por último, ressalto que são diversos os precedentes que reconhecem a competência da Vara Especializada do Trabalho em situações tais como a presente. Confira-se as recentes decisões do Tribunal Superior do Trabalho:

"A) AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELA RECLAMANTE. ACÓRDÃO REGIONAL PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. AUXÍLIO- ALIMENTAÇÃO INSTITUÍDO E PAGO PELO EMPREGADOR. PROVIMENTO. I. O Tribunal Regional declarou a incompetência da Justiça do Trabalho sob o fundamento de que a "parcela auxílio-alimentação" envolve complementação de aposentadoria. No entanto, a pretensão da Reclamante é de

restabelecimento do pagamento de " auxílio-alimentação" que foi instituído e pago pela empregadora Caixa Econômica Federal (CEF). II. Agravo de instrumento de que se conhece e a que se dá provimento, para determinar o processamento do recurso de revista apenas quanto ao tema em epígrafe, observando-se o disposto na Resolução Administrativa nº 928/2003. B) RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELA RECLAMANTE. ACÓRDÃO REGIONAL PUBLICADO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO INSTITUÍDO E PAGO PELO EMPREGADOR. CONHECIMENTO E PROVIMENTO. I A controvérsia não trata de complementação de aposentadoria, mas de diferenças de auxílio-alimentação, parcela instituída e paga pela Caixa Econômica Federal (CEF), e não por entidade de previdência privada. Logo, não se trata da hipótese decidida pelo STF, nos recursos extraordinários nº 586453 e 583050, o que respalda a competência desta Especializada para processar e julgar a presente demanda. II. Recurso de revista de que se conhece por violação do art. 114, I, da CF e a que se dá provimento" (RR-101463-18.2016.5.01.0051, 4ª Turma, Relator Ministro Alexandre Luiz Ramos, DEJT 25/04/2019).

"A) AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELA RECLAMANTE. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO PAGO PELA EX-EMPREGADORA. EX-EMPREGADO APOSENTADO. Em face da possível violação do artigo 114, I, da CF, dá-se provimento ao agravo de instrumento para determinar o processamento do recurso de revista. Agravo de instrumento conhecido e provido. B) RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELA RECLAMANTE. 1. NULIDADE DO JULGADO POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. Deixa-se de analisar, com fundamento no artigo 282, § 2º, do CPC, a preliminar de nulidade do julgado por negativa de prestação jurisdicional. 2. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO PAGO PELA EX-EMPREGADORA. EX-EMPREGADO APOSENTADO. Esta ação é direcionada apenas à antiga empregadora, sem a participação de entidade de previdência privada, na qual a reclamante postula, exclusivamente, o restabelecimento do pagamento de auxílio-alimentação, alegando que a ex-empregadora teria se obrigado a pagar a parcela aos ex-empregados aposentados, atraindo, assim, a competência desta Justiça do Trabalho, nos termos do artigo 114, I e IX, da CF. Apesar da possível discussão a respeito da efetiva natureza do direito pretendido pela reclamante, a ação foi ajuizada em desfavor apenas da sua ex-empregadora, e não da entidade de previdência privada, o que afasta a aplicação da decisão de caráter vinculante proferida pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Recurso Extraordinário nº 586.453. Recurso de revista conhecido e provido" (RR-10038-28.2016.5.15.0112, 8ª Turma, Relatora Ministra Dora Maria da Costa, Menciono, ainda, decisões monocráticas de Ministros do Superior Tribunal de Justiça, proferidas em Conflitos de Competência: a) 165.472 - RJ, de relatoria da Ministra Assusete Magalhães, DJe 10/05/2019; b) 162.590 - RJ, de relatoria do Ministro Marco Buzzi, DJe 21/03/2019;

Superior Tribunal de Justiça

e c) 162.517 – RJ, de relatoria do Ministro Moura Ribeiro, DJe 25/03/2019.

De modo que, por entender que o presente feito se enquadra nas hipóteses de competência de Vara Especializada do Trabalho, declaro a incompetência absoluta deste Juízo Cível, para processar e julgar a presente demanda.

Considerando, no entanto, que houve decisão daquele juízo declinando da competência, é o caso de suscitar conflito negativo de competência perante o E. Superior Tribunal de Justiça.

Diante do exposto, SUSCITO CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA, perante E. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, a fim de que seja fixada a competência, para processamento e julgamento desta demanda, perante a 74ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP.

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal concluiu pelo prosseguimento do feito, prescindindo-se da opinião meritória (e-STJ, fls. 1.780-1.782).

Brevemente relatado, decido.

Ao que se depreende, a causa de pedir principal da contenda tem origem na exclusão da parcela denominada auxílio-alimentação da verba que a reclamante recebe a título de suplementação de aposentadoria, cuja solução não se restringe à interpretação das regras de previdência complementar.

Infere-se que a pretensão deduzida na inicial veicula o questionamento acerca da validade da Circular Normativa n. 83 de 1989, expedida pela ex-empregadora do requerente, a Caixa Econômica Federal. Em outras palavras, versam os autos exclusivamente acerca da alteração promovida no contrato de trabalho firmado entre as referidas partes. Desse modo, qualquer alteração efetuada no contrato de previdência complementar estabelecido entre o beneficiário e a entidade fechada de previdência complementar será diretamente derivada da alteração do contrato de trabalho, o que atrai a competência da Justiça Trabalhista.

A situação em exame, portanto, difere das demandas comumente ajuizadas contra as entidades de previdência privada objetivando o reajuste de suplementação de aposentadoria ou pensão com base em normas estatutárias, subsumindo-se a hipótese ao comando do art. 114, I, da Constituição Federal, que dispõe acerca da competência da Justiça especializada para processar e julgar as ações oriundas da relação de trabalho, "abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e

Superior Tribunal de Justiça

indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios".

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes julgados:

AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA FEDERAL E LABORAL. RECLAMATÓRIA TRABALHISTA, PROPOSTA POR APOSENTADA CONTRA A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E A FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS – FUNCEF, VISANDO AO RESTABELECIMENTO DO AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO SUPRIMIDO DOS RESPECTIVOS PROVENTOS. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. PRECEDENTES.

- Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar ação que objetivar o reconhecimento da natureza salarial das parcelas percebidas a título de auxílio-alimentação, para vê-las incorporadas à sua aposentadoria.

- A função do STJ, como unificador nacional da jurisprudência, impõe que seja mantida a coerência interna dos julgados, devendo prevalecer a corrente majoritária em caso de discordância pessoal, pelo menos até que haja motivo relevante para a revisão da matéria pela Corte.

- Conflito de competência conhecido para declarar competente o Juízo da 44ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro – RJ, suscitado.

Agravo não provido.

(AgRg no CC n. 39.903/RJ, Relatora a Ministra Nancy Andrighi, Segunda Seção, DJ de 20/9/2007);

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO AJUIZADA CONTRA A EMPREGADORA. PEDIDO DE INCLUSÃO NO NOVO PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS. REFLEXO NO CÁLCULO DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. PRECEDENTE DA SEGUNDA SEÇÃO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 83 DO STJ.

1. A 2ª Seção deste Tribunal consolidou o entendimento de que, tratando-se de litígio instaurado entre entidade fechada de previdência privada e participante de seu plano de benefícios, compete à Justiça Estadual processar e julgar o feito.

2. O caso em exame, todavia, trata de hipótese diversa em que o pedido de alteração do contrato de trabalho é dirigido diretamente à CEF em razão da instituição de PCS e PCC, sendo eventual modificação no contrato de previdência privada do autor, patrocinado pela empregadora e administrado pela FUNCEF, mera consequência do acolhimento do pedido de natureza trabalhista. Competência da Justiça do Trabalho, nos termos do entendimento também pacificado no âmbito da 2ª Seção deste Tribunal.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp n. 558.591/DF, Relatora a Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, DJe de 29/5/2015);

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA DO TRABALHO. JUSTIÇA COMUM FEDERAL. RECLAMAÇÃO

Superior Tribunal de Justiça

TRABALHISTA PROPOSTA CONTRA A CEF E A FUNCEF. PEDIDO DE INCLUSÃO NO NOVO PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS DA EMPREGADORA. PAGAMENTO DAS DIFERENÇAS SALARIAIS DEVIDAS COM REFLEXOS EM VERBAS DE NATUREZA TRABALHISTA. CAUSA DE PEDIR. PEDIDO. ESTREITA LIGAÇÃO COM A RELAÇÃO DE TRABALHO ESTABELECIDADA ENTRE AS PARTES.

1. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar ação trabalhista proposta contra a Caixa Econômica Federal e respectiva entidade de previdência complementar, FUNCEF, na hipótese em que o autor requer inclusão no novo Plano de Cargos e Salários da empregadora e o consequente pagamento das diferenças salariais e seus reflexos em verbas de natureza trabalhista, além de indenização por danos morais. 2. Consoante se depreende da causa de pedir e do pedido, o novo enquadramento postulado pelo autor implica diretamente a alteração de seu contrato de trabalho com a CEF, circunstância que confere à lide natureza eminentemente trabalhista.

3. A eventual modificação no contrato de previdência privada do autor, patrocinado pela empregadora e administrado pela FUNCEF, será mera consequência do pleito de inclusão do empregado no novo Plano de Cargos e Salários da CEF.

4. Conflito conhecido para declarar competente a Justiça do Trabalho.

(CC n. 126.244/SP, Relator o Ministro Raul Araújo, Segunda Seção, DJe de 21/11/2013).

À vista do exposto, conheço do conflito para declarar competente para processar e julgar o feito o Juízo da 74ª Vara do Trabalho de São Paulo-SP, o suscitado.

Comunique-se. Publique-se.

Brasília, 03 de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator